

Data: 18.05.2017

Titulo: 3400 crianças retiradas às famílias num ano

Pub:



Tipo: Jornal Nacional Diário

Secção: Nacional

Pág: 1;8



Menores em risco 3400 crianças retiradas às famílias num ano

Página 8

Área: 749cm² / 33%

Titragem: 106.993

FOTO

Cores: 4 Cores

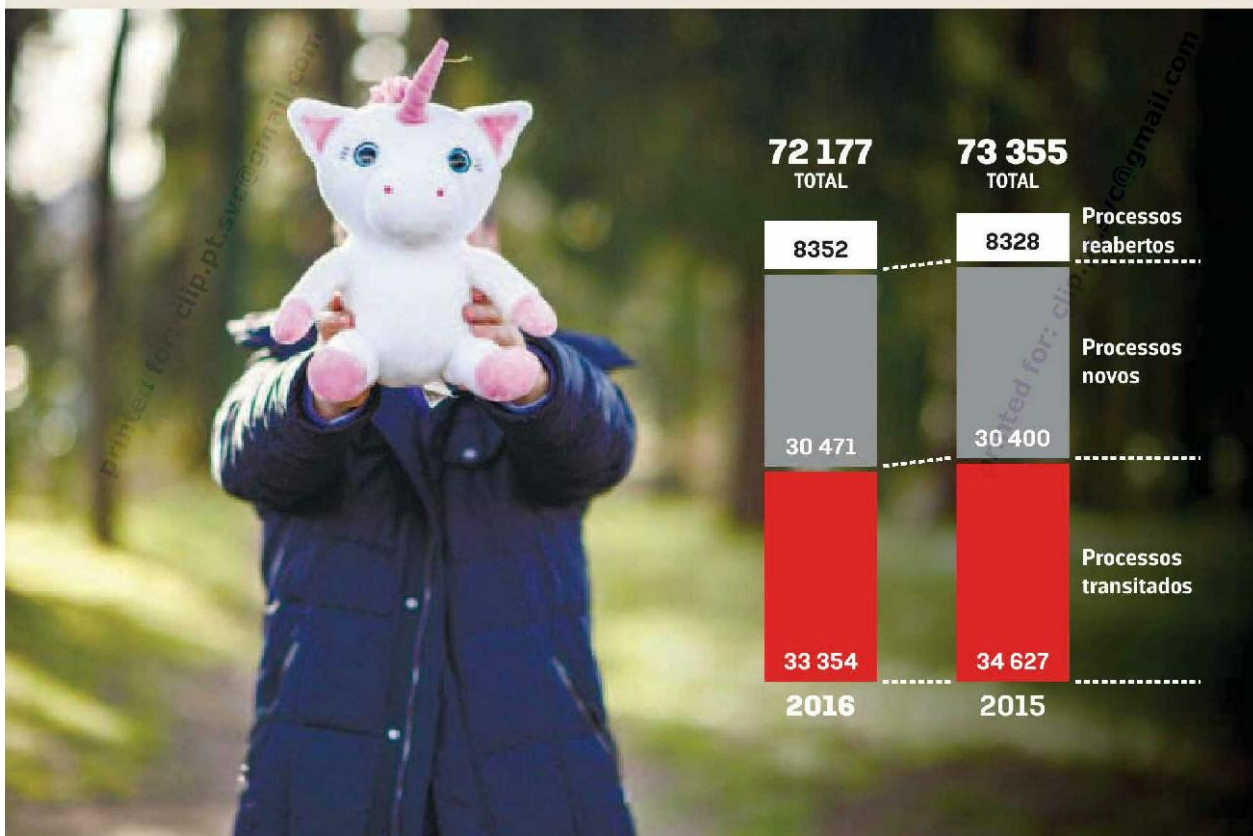
ID: 5752987



Menores Comissões de proteção acompanharam 72 177 crianças em 2016. Violência doméstica e negligência estão no topo das sinalizações

8352 jovens em risco não saem do sistema

menores : atividade das comissões de proteção



Leonor Paiva Watson
leonorpaiva@jn.pt

► O número de processos reabertos nas comissões de proteção de menores (CPCI) continua a crescer. O relatório, parcialmente apresentado ontem, regista 8352 casos em 2016, mais 24 do que em 2015, ano em que já se tinha verificado o maior aumento de reaberturas desde 2010. Em causa estão jovens em risco que não

conseguem sair do sistema. Tal como no ano passado, o presidente da Comissão Nacional, Armando Leandro, afirmou que “está a ser elaborado um inquérito sobre esta matéria”.

As 309 CPCI que existem no país acompanharam um total de 72 177 crianças e jovens em 2016. Destes processos, 33 354 transitaram do ano anterior e 30 471 foram instaurados, ou seja, são novos. Houve ainda 8352 reabertu-

ras. Resumindo, em relação a 2015, houve uma diminuição de 1178 casos no volume processual total e diminuíram ainda, em 1273 casos, os processos transitados. Todavia, aumentaram os instaurados, que passaram de 30 400 para 30 471; e ainda os reabertos (mais 24), facto que preocupa o Governo.

Quando questionado sobre a razão deste aumento – e se o mes-



mo se prende com o facto de 90,3% das medidas de proteção das comissões serem aplicadas em meio familiar, para evitar a institucionalização da criança – o Executivo respondeu que não há como aferir isso.

Recorde-se que já foram noticiadas situações com desfechos trágicos em que as crianças já estavam sinalizadas; mas outras aconteceram sem que houvesse qualquer antecedente, sendo casos que se prendem, muitas vezes, “com doença mental [depressão] não diagnosticada”, declarou a secretária de Estado da Inclusão, Ana Sofia Antunes, para quem esta “é uma questão sensível”.

“O sistema é criticado por institucionalizar de mais, mas também por manter as crianças nas suas famílias”, disse. Ana Sofia Antunes defendeu, porém, que a tendência é para que as medidas de proteção sejam em meio natural de vida, para se reabilitarem as famílias. De facto, das 72 177 crianças acompanhadas, apenas 3400 foram retiradas às famílias e “sempre numa lógica temporária”, sublinhou.

A eterna falta de meios

As CPCJ afirmam, há anos, que o grande problema reside na falta de técnicos – tanto nas comissões, como na 1.ª linha (escolas, centros de saúde) – que possam acompanhar as famílias, regularmente, no seu domicílio.

Em novembro, o JN noticiou que havia comissões em que cada técnico tinha à sua responsabilidade 200 processos. A secretária de Estado declarou que está a ser feito “um esforço” para se alocarem mais.

Os dados agora revelados mostram que a maior parte dos processos se prende com a exposição a comportamentos que podem comprometer o desenvolvimen-

to das crianças. No total, são 12 851 (mais 615 do que em 2015), sendo que 67,7% são de violência doméstica a que elas assistem.

Em segundo lugar, aparece a negligência, com 7654 casos, destacando-se a falta de supervisão familiar. Seguem-se o absentismo escolar e a indisciplina, com 6235 e 5939 situações reportadas, respetivamente; e, em 5.º lugar, os maus-tratos físicos, com 1887 casos. ●

No ano passado foram retiradas temporariamente às famílias 3400 crianças

Casos dramáticos :

Fevereiro de 2016

● Uma mulher atirou-se ao Tejo com as duas filhas, uma de quatro anos e outra de 18 meses. As crianças morreram. Há algum tempo que a família vivia em guerra. Havia um processo de violência doméstica contra o pai e existia, também, um processo de promoção na CPCJ, relacionado com uma queixa de abuso sexual que visava igualmente o pai. A mãe foi condenada a 25 anos.

Janeiro de 2013

● Eliana Sanches, 40 anos, professora de Educação Visual, envenenou os dois filhos, um de 13 e o outro de 12 anos. Depois suicidou-se com um saco de plástico na cabeça. Os meninos foram encontrados dentro de um carro estacionado na mata do Jamor, em Oeiras. O corpo da mãe estava a poucos metros da viatura. Não havia qualquer sinalização, nem qualquer antecedente que levantasse suspeitas. Mas soube-se depois que, dois dias antes do desfecho trágico, o tribunal decidira entregar a guarda dos dois

menores ao pai e que Eliana estava com uma depressão profunda.

Dezembro de 2012

● Kelly Oliveira, 32 anos, deitou fogo à casa, em Preces, Alenquer. Os dois filhos, um com dois anos e outro com 11 meses, morreram asfixiados com o fumo. A sua família estava sinalizada há seis meses, porque as crianças evidenciavam falta de cuidados. Como os pais não autorizaram qualquer intervenção por parte da CPCJ, o processo foi para tribunal. Kelly foi condenada a 24 anos.

1893

processos instaurados

na Amadora. A CPCJ da Amadora, no distrito de Lisboa, volta a ser a que tem mais volume processual no país. O distrito de Lisboa é o mais afetado, concentrando 23,7% dos processos de menores em risco.

1785

casos na CPCJ de Sintra

oriental, sendo esta a segunda comissão com mais processos. Em terceiro lugar, segundo o relatório apresentado ontem, aparece a CPCJ de Sintra ocidental, com 1667 crianças acompanhadas em 2016.

Perigo Polícias e escolas são quem sinaliza mais

Tal como em anos anteriores, as principais entidades sinalizadoras de situações de crianças e jovens em perigo são as forças de segurança e as escolas. Segundo os dados agora conhecidos, as sinalizações feitas pelas forças de segurança aumentaram 1,9% relativamente a 2015.